

JÚLIO RIBEIRO POLEMISTA: UM CAPÍTULO DA HISTÓRIA DAS QUERELAS LINGÜÍSTICAS NO BRASIL

Mauricio Silva¹

*Das polêmicas que tenho ferido nem uma só foi
provocada por mim: eu não sei atacar, eu só sei
defender-me, eu só sei vingar-me.*

Júlio Ribeiro

RESUMO: O presente artigo analisa alguns conceitos gramaticais de Júlio Ribeiro, destacando sua prática gramatical e suas polêmicas lingüísticas, sob a perspectiva teórica da Historiografia Lingüística.

Palavras-chave: Júlio Ribeiro, Gramática, Português, Historiografia Lingüística, Polêmicas

THE CONTROVERSIAL JÚLIO RIBEIRO: A CHAPTER OF THE HISTORY OF THE LINGUISTIC DISPUTES IN BRAZIL

ABSTRACT: The present article analyzes Julio Ribeiro concepts of grammar, and point out some aspects of his grammatical practice. Furthermore, it analyzes some Ribeiro's linguistic polemics, on Linguistic Historiography perspectiva.

Key words: Julio Ribeiro, Grammar, Portuguese, Linguistic Historiography, Polemics

Introdução

Dos últimos anos do século XIX até a terceira década do século XX, a historiografia lingüística brasileira conheceu um momento, no mínimo, instigante, em que, ao lado de um saber metalingüístico que acusava um lastro positivista de cunho lusitanizante, proliferava toda sorte de acirradas disputas lingüísticas, como as célebres querelas gramaticais, as intermináveis reformas ortográficas ou ainda as discussões acerca dos tão debatidos estrangeirismos.

Sabemos ser esse período, como sugere, num de seus ensaios, Cavalcanti Proença (PROENÇA, 1959), uma época de particular *efervescência gramatical*, em que a expressão lingüística sofria intensa pressão dos guardiões do vernáculo português, a todo instante

¹ Coordenador da Pós-Graduação *lato sensu*, na Universidade Nove de Julho; professor de Literatura Brasileira (graduação e pós-graduação) na Universidade Nove de Julho; professor-pesquisador do Programa de Mestrado e Doutorado em Educação da Universidade Nove de Julho. maurisil@gmail.com

prontos para apontar eventuais falhas gramaticais nos textos publicados, que iam da grafia incorreta de um vocábulo à colocação inadequada de um pronome, condenação que, logo de início, sugere a presença de uma dicotomia quase indissolúvel entre o conservadorismo e a renovação lingüísticos, fazendo com que o emprego da língua portuguesa oscilasse entre a inovação e a manutenção de um determinado padrão idiomático (MARTINS, 1988; PINTO, 1988).

Um dos capítulos mais interessantes desse verdadeiro emaranhado de ideologias linguageiras, em que, como acabamos de sugerir, o conceito de *conflito* funciona como elemento catalisador da exposição de idéias lingüísticas, é aquele dedicado às polêmicas, entre as quais se destacam, para o nosso propósito, as que envolveram a controvertida figura do gramático mineiro Júlio Ribeiro.

Júlio Ribeiro Polemista

Próprio da atividade dos estudiosos da linguagem, o estudo das polêmicas, das divergências e discussões acerca de determinados fatos lingüísticos é, como ensina Cristina Altman, um dos fundamentos da historiografia lingüística, sobretudo na consideração da chamada *dimensão externa* da língua (ALTMAN, 2001).

Daí a importância de se voltar para a abordagem de aspectos que, embora oriundos de conflitos cuja gênese, muitas vezes, parece encontrar-se mais no campo das divergências pessoais do que teóricas, possam contribuir com uma mais larga compreensão da ideologia lingüística de seus atores e protagonistas.

É precisamente esse o caso de Júlio Ribeiro, cujos embates deslindam pontos eventualmente obscuros ou ainda não suficientemente esclarecidos de seu valioso universo lingüístico-gramatical.

Tendo publicado sua célebre *Grammatica Portuguesa* em 1881 – que, por ser de herança positivista, consolida no Brasil uma concepção da linguagem como conjunto de regras científicas, *positivas*, as quais devem ser seguidas como *normas prescritivas* invariáveis –, Júlio Ribeiro desde cedo envolveu-se nas mais diversas disputas acerca de fatos lingüístico-gramaticais e literários, destacando-se como um dos mais inspirados e sarcásticos polemistas da virada do século. É certo que resolver pendências ideológicas por meio de polêmicas não era exatamente uma novidade em sua época, já que, pelo menos desde meados do século XIX, estendendo-se para as primeiras décadas do XX, as deblaterações em torno de qualquer manifestação idiomática, por mínima que fosse, parecem ter sido mais regra do que exceção, envolvendo as personalidades mais díspares, como um José de Alencar (em combate com Pinheiro Chagas, em 1870), um Carlos de Laet (em disputa com Camilo Castelo Branco, em 1879, e com João Ribeiro, em 1913), um Rui Barbosa (em célebre embate com Ernesto Carneiro Ribeiro, entre 1902 e 1907) e muitos outros (LEITE, 1996; PFEIFFER, 2001).

Contudo, a nosso ver, a figura de Júlio Ribeiro se destaca, nesse cenário contornado por imprecizações de todo tipo, primeiro, por se manter, ao longo de suas mais acirradas polêmicas, rigorosamente dentro dos limites impostos pelos temas discutidos, lançando mão, ao mesmo tempo, de um vasto cabedal de conhecimento científico acerca do assunto tratado e de um impiedoso e ferino discurso contra seus opositores; segundo, por fazer de seus conhecimentos gramaticais uma arma poderosa contra seus antagonistas, como, aliás,

lembrou José Leonardo do Nascimento, que vira nesses mesmos conhecimentos “instrumentos de luta, que aplicou, sem piedade ou medida, contra adversários, demonstrando que eles tinham poucos conhecimentos vernaculares” (NASCIMENTO, 2007).

Bem antes da publicação de suas principais obras, o ainda desconhecido intelectual mineiro já se envolvia em polêmicas diversas, seja em torno de temas da comunidade em que vivia, como ocorre no jornal *O Sorocabano* (1870-1872), seja em rugas de natureza gramatical, como ocorre no jornal *Ypanema* (1873), em que um redator anônimo o condenava pelo uso de um plural inadequado (CAVALHEIRO, 2001). Outro indício de seu contumaz envolvimento em polêmicas são os títulos de alguns jornais que fundou ou dirigiu, como *A Procelária* (1887) e *O Rebate* (1888).

Já autor conhecido, tão consagrado quanto combatido, Júlio Ribeiro publica, em pelo menos duas obras de sua safra, algumas das polêmicas em que se envolveu. Nas *Cartas Sertanejas* (1885), série de artigos escritos para o *Diário Mercantil*, em São Paulo, nos quais se propunha a “dizer sem reboço o que pens[a] das coisas e dos homens” (RIBEIRO, s.d.a: 13), procura fazer de cada artigo um panfleto, verdadeira fêrula contra o republicanismo paulista, mas sem se esquecer das polêmicas de natureza gramatical e afins, respondendo aos ataques de Alberto Sales, que escrevia anonimamente, sob o disfarce do pseudônimo Demócrito. Já em seu conhecido *Procellarias* (1887), compilação de artigos escritos no mesmo ano, que resultam num árduo panfleto contra as mazelas, as injustiças e os descabros políticos causados por republicanos arrivistas, Júlio Ribeiro também dispensa algumas palavras às disputas lingüísticas, tratando de assuntos que vão do ensino do português à gramática científica, da condenação dos estrangeirismos aos clássicos da literatura lusitana (RIBEIRO, s.d.b).

Por volta dessas mesmas datas, Júlio Ribeiro via-se ainda envolvido em polêmicas gramaticais diversas, das quais suas próprias obras e a de seus estudiosos nos dão conta. É o caso, por exemplo, de uma polêmica travada nas páginas do jornal *Diário de Sorocaba*, em 1885, em que Júlio Ribeiro, sob o codinome de Diógenes, respondia severamente às críticas que um certo Sr. Aristarxos teria feito à sua gramática;² este é também o caso de duas das mais célebres polêmicas em que o autor se envolveu, a primeira veiculada nas páginas do *Diário de Campinas*, entre 1879 e 1880, tendo como opositor o gramático Augusto Freire da Silva; a segunda, nas colunas da *Província de S. Paulo*, em 1888, tendo como contendor o polêmico Padre Senna Freitas.

São exatamente essas duas polêmicas que procuraremos, neste trabalho, inserir no âmbito da produção intelectual e, em especial, lingüística de Júlio Ribeiro.

*

A primeira grande polêmica em que Júlio Ribeiro teria se envolvido deu-se, entre 1879 e 1880, nas páginas do acanhado jornal campineiro *Diário de Campinas*, enquanto seu opositor dispunha do já famoso periódico *A Província de São Paulo*, jornal diário fundado em 1875 e que, após a Proclamação da República, se transformaria no não menos

² Agradeço a Mariângela Cavalheiro – que, laboriosamente, fez um levantamento dos textos de Júlio Ribeiro no *Diário de Sorocaba*, a fim de resgatar passagens da referida polêmica – a gentileza de ter-me fornecido essa informação.

célebre *O Estado de São Paulo*. Embora Júlio Ribeiro lamentasse essa diferença visível entre os dois canais de comunicação – em prefácio ao seu livro *Questão Grammatical*, de 1887, onde relata todos os passos do referido embate (RIBEIRO, 1887)³ –, isso não foi suficiente para que o persistente polemista se retraísse diante do acirrado antagonista.

A principal motivação da polêmica foi uma série de artigos sobre linguagem que Júlio Ribeiro começa a publicar em dezembro de 1879, no citado jornal. No primeiro da série, por exemplo, datado de 17/12/1879, Júlio Ribeiro começa lembrando que o que distingue os homens de todos os outros animais é a linguagem articulada: desse modo, enquanto homens e animais possuem a faculdade de expressão, apenas aqueles possuem a faculdade de articulação, combinada a outros fenômenos largamente desenvolvidos nos seres humanos (pensamento, vontade, transmissão pelos nervos, execução pelos músculos etc.). Para o autor, como “o desenvolvimento da linguagem articulada está (...) em proporção com o desenvolvimento do cérebro” (p. 10), ela inexistente nos animais, onde o estado cerebral é primitivo, ou – curiosa e preconceituosamente – existe de forma precária nas “raças humanas inferiores” (p. 10), onde o cérebro é pouco desenvolvido, como nos africanos e nos chineses. Conclusivamente, numa insólita legitimação da norma gramatical, Júlio Ribeiro afirma que

si o cérebro bem desenvolvido produz uma linguagem aperfeiçoada, claro está que, por uma razão de reciprocidade, aperfeiçoar a linguagem, methodisando-a, regularisando-a, simplificando-a, é fornecer ao cérebro meios de desenvolvimento, é alargar os horizontes á raça humana (p. 11),

opinião, aliás, que denota flagrante adoção do determinismo biológico, em sua generalização da luta pelo aperfeiçoamento racial. Cumpre ressaltar que, já nesse primeiro texto da série, Júlio Ribeiro expande a idéia do purismo lingüístico como forma política de controle social para a concepção da norma como modo de aperfeiçoamento racial, dando nova dimensão à discussão acerca da política lingüística, na medida em que suas próprias palavras sugerem que uma raça será tanto melhor, quanto mais perfeita for a linguagem empregada por seus componentes.

Ainda no mesmo texto, segundo o autor, foram pensadores como Jones, Bopp, Schleicher, Grimm, Kuhn, Whitney, Bréal e outros que estabeleceram as bases científicas do estudo da linguagem, possibilitando, em consequência, a consideração da gramática como uma *sciencia*. Lamentando nossa irracionalidade no trato da gramática – o que, de certo modo, antecipa uma crítica que estaria presente em sua *Grammatica Portuguesa* (1881) –, Júlio Ribeiro afirma que, com exceção dos trabalhos de Adolfo Coelho, Teófilo Braga e Pacheco Júnior, tudo o que tem aparecido em português sobre gramática não passa de mera cópia do que disseram, num encadeamento infinito de repetições, Sotero dos Reis, Soares Barbosa, Reis Lobato, Bento Pereira, Amaro de Reboredo até chegarmos (e aqui vale a ironia mordente de Júlio Ribeiro!) a Noé, Mathusalem, Henoch, Seth e Adão. Diante desse quadro, segundo o autor, faz-se necessário, classificar os fatos lingüísticos *cientificamente*, formando assim um “corpo de doutrina positiva” (p. 13).

Seu primeiro artigo é completado, na edição seguinte, por outro texto, datado de

³ Os principais dados sobre a referida polêmica serão retirados dessa edição, sendo consignadas, doravante, apenas as páginas em que as citações se encontram.

18/12/1879, em que Júlio Ribeiro afirma que as definições comumente dadas pelos compêndios gramaticais aos conceitos de *Gramática Geral* e *Gramática Particular* são, de modo geral, falsas, tanto do ponto de vista prático quanto científico, pois, ao contrário do que tais compêndios afirmam, os princípios pelos quais se rege a linguagem humana não são imutáveis, já que mudam “sob a acção dos meios em que vivem as raças, sob a acção das necessidades, dos recursos, dos hábitos” (p. 16), em mais uma concessão à ideologia determinista. Além disso, invocando a conhecida lei de Grimm, Júlio Ribeiro ressalta que “as instituições lingüísticas não são *arbitrárias*: são consequências demonstradas, lógicas, fataes, da evolução cerebral, influenciada pelo clima, pela alimentação, pelo viver social, pelo meio enfim” (p. 16). Outra crítica que Júlio Ribeiro faz aos manuais de gramática – agora sob a inspiração da *Grammatica Portuguesa*, de Teófilo Braga – é em relação à proposta de divisão das gramáticas em quatro partes (prosódia, etimologia, sintaxe e ortografia). Assim, considerando a gramática como um “conjunto de leis e princípios por que se governa a linguagem” (p. 18), Júlio Ribeiro adota outra subdivisão, sob o argumento de que, dessa maneira, estaria agindo com *methodo*, *lógica* e *bom senso*: uma parte destinada à Lexeologia (a qual se subdividiria em Fonologia e Morfologia) e outra destinada à Sintaxe (a qual se subdividiria em Sintaxe Léxica e Sintaxe Lógica), em absoluta consonância com a gramática que publicaria dois anos depois.

Finalmente, em seu terceiro e último artigo dessa primeira série, datado de 21/12/1879, Júlio Ribeiro afirma – baseando-se em gramáticos e teóricos ingleses – que prefere o termo *sentença a período*, argumentando que “os Inglezes sabem fazer as cousas [pois] pensam, meditam e têm bom senso” (p. 23). Em seguida, procura definir alguns elementos que constituem o estudo da fonética (som, voz, aparelho fonador etc.). Esse texto seria complementado por outro que lhe serve de continuação e que, publicado no mesmo mês, trata da dinâmica dos órgãos vocais (língua, palato, lábios etc.) e da formação do vocalismo português.

A resposta à série de artigos publicados por Júlio Ribeiro no periódico campineiro não tardaria: veio pela pena não menos erudita de Augusto Freire da Silva, que em artigo datado de 27/12/1879 e publicado na *Província de São Paulo*, responde às opiniões de Júlio Ribeiro também por meio de textos opinativos publicados em sequência. Freire da Silva começa, portanto, contestando a afirmação de que, como dissera seu contendor, com exceção de Adolfo Coelho, Teófilo Braga e Pacheco Júnior, todos os demais gramáticos da Língua Portuguesa são cópia e repetições de outros autores. Para o gramático maranhense, a simples comparação entre sua gramática à de Sotero dos Reis e à de Soares Barbosa já demonstra o erro de julgamento de Júlio Ribeiro, pois elas apresentariam entre si diferenças que vão da nomenclatura lingüística à divisão das partes da gramática, do estilo à doutrina. Utilizando muitas vezes da ironia, o autor afirma faltarem fundamentos às afirmações de Júlio Ribeiro, bem como à “gramatica comparada do sr. Julio Ribeiro, que me consta ter de entrar breve para o prelo” (p. 38).⁴

A polêmica se estende pelo artigo de 29/12/1879, em que Augusto Freire da Silva critica as considerações de Júlio Ribeiro acerca da divisão das partes da gramática em

⁴ Certamente, o autor se referia à *Grammatica Portuguesa* de Júlio Ribeiro, que seria publicada dois anos depois (1881). A referência à uma suposta gramática comparada pode advir do fato de Júlio Ribeiro, desde cedo ter acalentado a idéia de escrever uma gramática *analítica*, escrita pelo *método comparativo*, projeto que fora anunciado antecipadamente pelo autor.

prosódia, ortografia, etimologia e sintaxe, condenando o uso demasiado flexível desses e outros termos pelo pensador mineiro. Critica ainda o emprego de determinada nomenclatura (como o termo *syntaxe lógica*, que o autor considera um pleonismo grosseiro, por toda sintaxe ser, segundo ele, baseada na lógica), definindo, por fim, a divisão da gramática proposta por Júlio Ribeiro como uma “verdadeira *grammatiquice*” (p. 47).

Em seus dois últimos textos, Augusto Freire da Silva critica – em artigo de 31/12/1879 – a posição de Júlio Ribeiro concernente à classificação das orações, já que para o gramático maranhense tais divisões estariam pautadas numa “theoria perfeita e summamente philosophica” (p. 54), podendo ser encontrada não apenas em vários gramáticos franceses (Noel, Chapsal, Duvivier, Poitevin etc.), mas também naqueles dedicados à Língua Portuguesa, como Sotero dos Reis e Teófilo Braga; e – em artigo de 06/01/1880 – combate as definições dadas por Júlio Ribeiro aos conceitos de *gramática geral* e *gramática particular*, sobretudo no que diz respeito à questão da *imutabilidade dos princípios da palavra* que, segundo Júlio Ribeiro, é o objeto das gramáticas aludidas.

Polemista experimentado, Júlio Ribeiro parece ter esperado pacientemente o término dos artigos de Freire da Silva para responder cada uma de suas colocações, sempre tomado de uma verve acidamente irônica. Exceção feita a uma carta que aparece no *Diário de Campinas*, datada de 05/01/1880, mas publicada no dia seguinte (portanto, no mesmo dia em que seu opositor publicara sua última crônica no periódico paulistano), em que Júlio Ribeiro solicita aos redatores do jornal a transferência de seus artigos para uma coluna isenta e que esteja sob sua inteira responsabilidade, já que a coluna onde começou escrevendo seus artigos – intitulada *Notas Quotidianas* – fazia parte, na verdade, do editorial do jornal, podendo sua opinião ser confundida com a do referido periódico. Nessa carta, Júlio Ribeiro aproveita para opinar, sucintamente, sobre a *Gramática* de Freire, como que adiantando o tom de sua resposta, afirmando tratar-se de uma obra que “não está a par do progresso do tempo, e [...] não ensina o que há de melhor na sciencia” (p. 64).

O primeiro artigo de Júlio Ribeiro em resposta aos de Augusto Freire da Silva aparece em 08/01/1880, quando então o futuro autor da *Grammatica Portuguesa*, rebatendo as críticas de seu opositor, afirma que, em alguns aspectos, o eminente gramático repete Soares Barbosa e Sotero dos Reis, pecando por

não applicar a seu estudo o methodo natural, o critério scientifico, a analyse comparativa; (...) não descobrir vida nos organismos lexicos; (...) não demonstrar nessa vida o cumprimento fatal da lei da evolução, da luta pela existência, e a influencia profundamente modificadora do meio climatologico, do meio social. (p. 69).

Apoiando-se em nomes como os de Burgraff (*Principes de Grammaire Générale*, 1865) ou de Diez (*Grammatica das Línguas Românicas*), Júlio Ribeiro contesta algumas posições de Augusto Freire da Silva sobre determinados fatos da língua (definição de verbo, caso do infinitivo pessoal etc.), chamando Freire da Silva e seus pares (Jerônimo Soares Barbosa, Sotero dos Reis, Reis Lobato etc.) de *grammaticos metaphisicos*.

No texto seguinte, seguramente um dos mais irônicos e sarcásticos do autor, datado de 10/01/1880, Júlio Ribeiro apóia-se em vários gramáticos distintos (de Diomedes a

Burgraff) para contestar as objeções de Augusto Freire da Silva acerca da divisão da gramática e da definição de alguns conceitos. Esse texto se completa por outro artigo da mesma data, em que Júlio Ribeiro condena o atraso de Freire da Silva em matéria de lingüística e gramática: baseando-se, agora, em Max Muller (*Science du Langage*), o autor afirma que em matéria de linguagem nada é arbitrário, pois “tudo depende da *evolução* fatal do cérebro e da influencia do *meio*. A evolução lingüística é produto necessário de leis inexoráveis, inquebrantáveis” (p. 90). Condenando o que considera idéias retrógradas de Freire da Silva, Júlio Ribeiro defende que o ensino deve acompanhar a evolução e o progresso dos tempos e demonstra, neste sentido, a falsidade e a incorreção de alguns pressupostos colhidos a esmo na gramática do famoso maranhense. Outras críticas do mesmo teor, em que Júlio Ribeiro continua a atacar alguns ensinamentos proferidos por Freire da Silva em sua gramática, aparecem ainda num terceiro artigo publicado na mesma data dos dois anteriores...

A polêmica praticamente chegara ao fim: Júlio Ribeiro escreveria apenas mais um artigo com críticas e ataques à gramática de Freire da Silva, datado de 16/01/1880. Não terminaria, contudo, sem alguns lances finais: em 11/01/1880, Augusto Freire da Silva escreve uma nota na *Província de S. Paulo*, recusando-se a debater com Júlio Ribeiro, sob o argumento de que em seus novos artigos “eleva-se tanto o nosso contendor, que não nos é possível lóbriga-lo mais” (p. 101); Júlio Ribeiro, por sua vez, em nota datada de 12/01/1880, no *Diário de Campinas*, decide, diante da afirmação anterior de Freire, finalizar o embate, não sem, primeiro, acusar seu opositor de se retirar da arena, seguindo o conselho de um respeitado amigo (segundo Júlio Ribeiro, trata-se de Tarquínio da Silva, professor da cidade de Santos); finalmente, em texto datado de 21/01/1880 no *Diário de Campinas*, seu fundador, Henrique de Barcellos, critica o fato de alguns jornais da capital não reproduzirem os textos que Júlio Ribeiro escrevera em resposta a Augusto Freire da Silva, apesar de estes mesmos jornais terem publicado – antes do embate – os artigos de Júlio Ribeiro sobre fatos da linguagem, que o levaram à contenda. O autor condena, por isso, a falta de liberdade de imprensa, alegando que Júlio Ribeiro não fora, em nenhum momento, injurioso e afirmando que ele apenas “expoz o plano científico da gramática que vai publicar” (p. 112). Difícil saber ao certo a que periódicos Henrique de Barcellos estaria se referindo, uma vez que antes de escrever para o *Diário de Campinas*, Júlio Ribeiro – até onde se pôde apurar – teria colaborado apenas com pequenas folhas do interior (*O Sorocabano*, *Ypanema*, *O Sorocaba*, *A Gazeta Comercial*), como já se disse antes. Sabe-se, contudo, que os artigos de Júlio Ribeiro foram reproduzidos, posteriormente em outros jornais, como na *Constituinte* e na própria *Província de S. Paulo*.

A polêmica aqui aludida parece-nos importante por mais de um aspecto, além de consagrar a figura de Júlio Ribeiro como um crítico sagaz e conhecedor das mais avançadas teorias gramaticais e lingüísticas de sua época: é que enquanto Augusto Freire da Silva assentava suas opiniões em gramáticos passadistas (principalmente Sotero dos Reis) e em concepções lingüísticas próprias da *gramática filosófica*, até mesmo empregando várias vezes esse termo, para fundamentar suas explicações, Júlio Ribeiro optava por adotar uma tendência mais moderna, baseando-se em autores europeus (portugueses e franceses) e adotando pelo menos duas vertentes ideológicas para fundamentar suas teorias: a filosofia determinista, de inspiração positiva, e a lingüística histórico-comparativa, que igualmente se assentava em pressupostos tidos por científicos e, portanto, objetivos e corretos.

Diferentemente do provocador Catedrático de Português do Curso Preparatório anexo à Faculdade de Direito de São Paulo, o não menos contundente gramático mineiro destacava-se exatamente, nos dizeres de Eni Orlandi, por se situar no campo da reflexão lingüística, ultrapassando o mero normativismo gramatical e buscando legitimar o uso da variante brasileira do português, em oposição à lusitana (ORLANDI, 2002).

Uma segunda polêmica de relevo – mais curta, porém não menos incisiva –, ocorreria quase uma década depois, agora envolvendo o padre português Senna Freitas, recém-chegado ao Brasil (1885), personalidade admirada por Camilo Castelo Branco e criticada por Guerra Junqueiro.

A batalha – de feição lingüístico-gramatical, mas sem dispensar posicionamentos estéticos e ideológicos de ambas as partes – se deu em razão da publicação do célebre romance naturalista *A Carne* (1888), de Júlio Ribeiro, desdobrando-se nas páginas de *A Província de São Paulo*, onde, ironicamente, Júlio Ribeiro passara a escrever e nas do igualmente paulistano *Diário Mercantil*, que acolhera os artigos de Senna Freitas.

Essa verdadeira batalha “contra o corujismo dos grammaticos do tempo”, nos dizeres de Orígenes Lessa (LESSA, 1934: 11), inicia-se com Senna Freitas escrevendo uma série de artigos ironicamente intitulados “A Carniça”, enquanto Júlio Ribeiro respondia pela seção da *Província*. Criticando de forma impiedosa o mais recente romance de Júlio Ribeiro, Senna Freitas diz escrever em “ofício higiênico” (RIBEIRO, 1934: 186),⁵ delatando o mal que o romance pode causar às pessoas. Apontando um enredo *frouxo*, cujo desenvolvimento, de uma *crueza erótica*, tornaria o livro *indecente*, Senna Freitas procura denunciar o que considera uma “fantasia antinaturalista” (p. 189) de Júlio Ribeiro, acusando seu romance de pornográfico, imoral e impróprio à leitura familiar. Assim, conclama, peremptório:

não pode ser lícito apregoar sobre os telhados o que seria indecente segredar num salão de família. Abaixo semelhantes aberrações do romanticismo, abaixo pela arte, pela literatura, pelo bom gosto, pela família, pela higiene, pelo bom senso, pela bolsa, pelo bom uso do tempo, pelos bons costumes (p. 192).

Em resposta às diatribes de Senna Freitas, Júlio Ribeiro, dotado de um linguajar deliberadamente agressivo, até o limite do sarcasmo mais mordaz, ataca impiedosamente àquele que denomina “palhaço de batina” (p. 195) e “vendedor de bulas falsas” (p. 199). Sua crítica tem, ao contrário dos ataques de seu contendor, um viés mais amplo, indo das observações sobre teorias genéricas a abordagens estéticas, das considerações morais a questões lingüísticas, estas últimas de particular interesse para este trabalho. É, aliás, sobre este último aspecto que Júlio Ribeiro sentencia a respeito de Senna Freitas:

a todo o momento faz citações falsas, deturpando, corrompendo o sentido dos autores. Ignora a disciplina gramatical: erra em sintaxe; era em ptoseconomia; erra em ortografia. Arranja ecos medonhos; faz cacófatos

⁵ Todas as referências são retiradas dessa edição, doravante trazendo entre parênteses apenas a página em que as citações se encontram.

obscenos; cai em tautologias pueris; desconhece absolutamente a significação de muitas palavras que emprega. (p. 198).

Alegando, portanto, o desconhecimento, da parte de Senna Freitas, da *disciplina gramatical*, Júlio Ribeiro aponta em seus textos vários erros de sintaxe, acusando-lhe o uso da “metafísica aplicada à linguagem” (p. 202), sustentando suas observações com teorias retiradas, principalmente, de sua própria gramática e da de Adolfo Coelho. Diante dos diversos exemplos colhidos na obra de Senna Freitas, Júlio Ribeiro conclui de modo irônico: “os escritos de Senna Freitas são armazéns alfandegados de solecismos grosseiros, são verdadeiros esterquilínios de português em decomposição” (p. 204).

Continuando sua crítica, o mordaz gramático brasileiro estende as observações a outros aspectos da linguagem de Senna Freitas, como as falhas na flexão de nomes e verbos, no gênero das palavras, no significado de certos vocábulos etc., destacando o que considera uma *ignorância* da parte de seu contendor, chamado, agressivamente, de *burro* e outros adjetivos similares, até concluir que “nos escritos de Senna Freitas não há parágrafo, quase não há linha, donde não borbulhe espontânea asneira” (p. 215).

Com críticas desse naipe, em que se mesclam ironia, ataques frontais, sarcasmos sutis e agressões explícitas, sempre carregadas de farta adjetivação pejorativa (*pândego, idiota, zote, pedante, mentecapto, besta* etc.), Júlio Ribeiro desqualifica o desafeto português não apenas como pensador, mas também como estilista e escritor: “para escritor, falta-lhe correção, falta-lhe clareza, falta-lhe *humor*, falta-lhe *verve*, falta-lhe tudo” (p. 219). Esmera-se, assim, o crítico sagaz, em apontar-lhe as incongruências do estilo, destacando as *tautologias pueris*, os *trocadilhos baixos* e as *cacofonias obscenas*, finalizando a contenda com a certeza de ter cumprido uma missão que, para além de ter um sentido de vingança pessoal, sugere um cunho mais largo, de oposição mesmo a um modelo de pensamento lusitano, contra o qual, aliás, o autor já se voltara em sua *Grammatica Portuguesa* (NASCIMENTO, 2007).

Conclusão

Embora a epígrafe deste texto sugira uma posição relativamente imparcial de Júlio Ribeiro e suponha um espírito avesso às polêmicas, essas e outras disputas nas quais ele se envolveu revelam, ao contrário, não apenas um empenho por divulgar suas idéias acerca dos fatos gramaticais e outros temas de interesse da época, mas também estratégias bem elaboradas de inserção no meio social e intelectual do final do século XIX, como expõe muito bem Célia Silveira, em seu estudo sobre o filólogo mineiro (SILVEIRA, 2008).

Apenas nas duas polêmicas aqui retomadas é possível depreender posicionamentos críticos que esclarecem bastante os aspectos relevantes de sua ideologia lingüística, como seu apego incondicional aos princípios do evolucionismo biológico e do método histórico-comparativo em matéria de linguagem (FÁVERO, 2002). Mas o estudo de suas polêmicas serve também, num sentido mais amplo, para entendermos a complexidade do pensamento acerca de fatos da linguagem, em geral, e da língua portuguesa, em particular, numa época em que os estudos lingüísticos no Brasil estavam passando por transformações que definiriam de modo decisivo e incontornável os caminhos da gramaticografia nacional, da qual Júlio Ribeiro é não apenas um dos nomes mais importantes, mas, sem dúvida alguma, uma figura inaugural.

Referências

- ALTMAN, Cristina. **Historiografias Lingüísticas. Três Questões em Produção Lingüística Brasileira. Tomo I: Texto Crítico.** Teses de Livre Docência. São Paulo: USP, 2001.
- CAVALHEIRO, Mariângela Carvalho. **A Produção Literária de Júlio Ribeiro em Sorocaba.** Sorocaba-SP: Prefeitura Municipal de Sorocaba/Digipel, 2001.
- FÁVERO, Leonor Lopes. A Grammatica Portuguesa de Júlio Ribeiro. In: *Revista da Anpoll*. Humanitas. São Paulo, no. 13, Jul.-Dez., p.75-88, 2002.
- LEITE, Marli Quadros. **O Purismo Lingüístico. Suas Manifestações no Brasil.** Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH, 1996.
- LESSA, Orígenes. Prefácio. In: RIBEIRO, Júlio. **Uma Polêmica Célebre.** São Paulo: Cultura Brasileira, 1934.
- MARTINS, Nilce Sant'Anna. **História da Língua Portuguesa. Século XIX.** São Paulo: Ática, 1988.
- ORLANDI, Eni (org.). **Histórias das Idéias Lingüísticas: Construção do Saber Metalingüístico e Constituição da Língua Nacional.** Campinas/Cáceres: Pontes/Unemat, 2001.
- ORLANDI, Eni P. **Língua e Conhecimento Lingüístico. Para Uma História das Idéias no Brasil.** São Paulo, Cortez, 2002.
- PFEIFFER, Claudia Castellanos. A língua Nacional no Espaço das Polêmicas do Século XIX/XX. In: NASCIMENTO, Jarbas Vargas. **A Sintaxe de Elementos Circunstanciadores da Sentença na Grammatica Portuguesa, de Júlio Ribeiro.** In: FÁVERO, Leonor Lopes; BASTOS, Neusa Barbosa; e MARQUESI, Sueli Cristina (orgs). **Língua Portuguesa: Pesquisa e Ensino.** São Paulo: EDUC, 2007. p. 63-72.
- NASCIMENTO, José Leonardo do. Júlio Ribeiro: Ciência, Política e Arte. In: RIBEIRO, Júlio. **Cartas Sertanejas; Procelárias.** São Paulo: Imprensa Oficial do Estado /FUNDAP, 2007.
- PINTO, Edith Pimentel. **História da Língua Portuguesa. Século XX.** São Paulo: Ática, 1988.
- PROENÇA, M. Cavalcanti. **Augusto dos Anjos e Outros Ensaios.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.
- RIBEIRO, Júlio. **Cartas Sertanejas.** São Paulo: Edições e Publicações Brasil, s.d.a.
- RIBEIRO, Júlio. **Procellarias.** São Paulo: Cultura Brasileira, s.d.b.
- RIBEIRO, Júlio. **Questão Grammatical.** São Paulo: Teixeira & Irmãos, 1887.
- RIBEIRO, Júlio. **Uma Polêmica Célebre.** São Paulo: Cultura Brasileira, 1934.
- SILVEIRA, Célia Regina da. **Erudição e Ciência.** As procetas de Júlio Ribeiro (1845-1890). São Paulo: UNESP, 2008.